



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 19/03/2019

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, em convocação para realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze às dezoito horas no auditório do Centro Administrativo São Sebastião/CASS, Rua Afonso Cavalcanti, 455, bloco 1, subsolo, reuniram-se pelo segmento dos Usuários – conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheira Márcia Vera Vasconcellos (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ); conselheiro suplente Delair Caetano Gomes Filho (Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro (UNEGRO/RJ); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro - ACAMURJ); conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos Profissionais de Saúde – conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheiro Alexandre de Oliveira Telles (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO). Pelo segmento dos Gestores/ Prestadores de Serviços – conselheira suplente Dayse Demori Gomes da Silva Peres (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira suplente Lídia Zimbardi (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Márcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Camila Nascimento (Viva Rio) e conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente ao Portador de Necessidades Especiais – FAMAD). A reunião teve início após a segunda e última convocação, às 14 horas e 30 minutos com quorum previsto no Regimento do Conselho Municipal. A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, iniciou a reunião cumprimentando todos e justificou a ausência do **Secretário Executivo David Lima** dizendo que ele se encontrava na Conferência Distrital de Saúde da AP 3.2. Também esclareceu que aquela reunião ordinária estava acontecendo no dia 19 de março por conta do carnaval. A seguir, compôs a Mesa de Coordenação dos Trabalhos da seguinte forma: Presidência do Conselho, conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, para coordenar os trabalhos. Comissão Executiva: Usuários: conselheiro Ludugério Antonio da Silva e conselheira Neide Maria Neres Tinoco, secretariando os trabalhos. Profissional: conselheiro Alexandre Oliveira Telles (conselheiro Wagner Gomes

Bezerra assumiu até a chegada do conselheiro Alexandre que estava atrasado). Gestor/ Prestador, conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres, inclusive representando a Secretária de Saúde na reunião e com a função de fazer a leitura da pauta. Controlador de tempo: conselheira Júlia Daniela de Castro. Prosseguiu passando a leitura da pauta para a conselheira Dayse Demori que após cumprimentar os presentes, fez a leitura da pauta com o seguinte teor: Distribuição da ata de 12/02/2019; **1) Deliberação da ata de 15/01/2019; 2) Deliberação do processo: 09/002507/2017. Assunto: Habilitação do Hospital Dia do Câncer III – AP 2.2 – 05 minutos; 3) Apresentação e deliberação da Programação Anual de Saúde (PAS 2019) - 30 minutos; 4) Plano de Contingência 2019 a 2020 – Zika, Chikungunya e Dengue. Deliberação – 10 minutos; 5) Eleição de um Profissional de Saúde para Comissão Executiva (complementar mandato) – 10 minutos; 6) Comissão de Educação Permanente – 30 minutos; 6.1) Apresentação do tema “Racismo e Saúde”. Palestrante: Cristiane Vicente e Monique França da Silva no lugar de Andressa Ferreira; 7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos; 8); Informes da Secretaria Executiva - 15 minutos; 9) Informes da Gestão da SMS - 10 minutos; 10) Informes do Colegiado - 05 minutos por conselheiro.** Após a aprovação da pauta na íntegra, a presidente do Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, colocou em votação a deliberação da Ata de 15/01/2019 que foi aprovada pela maioria simples dos presentes. Em seguida, passaram para o item 2 da pauta, deliberação do **processo 09/002507/2017 – Habilitação do Hospital Dia do Câncer III – AP 2.2** que, após análise, verificou-se a aprovação pela maioria simples dos presentes. Por motivos de saúde, a Dra. Cristina Lemos solicitou a troca da disposição da pauta (Dra. Cristina tinha uma consulta marcada para aquele dia). A solicitação foi acatada e passou-se, então, para o item 4 da pauta - Deliberação do Plano de Contingência 2019 a 2020 – Zika, Chikungunya e Dengue, que com duas abstenções foi aprovado pela maioria simples dos presentes. Em seguida, retornaram a seqüência da pauta, ou seja, ao item 3 – Apresentação e deliberação da Programação Anual de Saúde (PAS 2019). Assim sendo, a **conselheira Dayse Demori** disse que a Programação Anual de Saúde (PAS 2019) havia sido enviada para o Conselho Municipal há dois dias e que a apresentação que faria era o recorte para 2019, ou seja, iria apresentar as metas que devem ser atingidas ao final desse ano e os recursos financeiros destinados a cada uma delas. Deu, assim, início à apresentação e ao final dela a **conselheira Dayse Demori** agradeceu a todos que colaboraram para que ela pudesse fazer a apresentação que é técnica. A seguir, foi dado um tempo para que os conselheiros que tivessem dúvidas pudessem expô-las, para que ao final fosse votada a aprovação ou não da Programação. O primeiro a falar foi o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** (presidente do CDS da AP 5.3) que disse ter observado duas questões na apresentação. A primeira era com referência à verba que vem do Ministério da Saúde e chega à Prefeitura através de Programas de Saúde como Tabagismo, Tuberculose, Hipertensão e etc. que são desenvolvidos dentro das Unidades e aos quais os Conselhos de Saúde não têm acesso ao conhecimento de como foram implantados, de como foram desenvolvidos, de como é feita a prestação de contas, do número de pessoas que foram atendidas, dos insumos que foram dispensados. A segunda questão era que os conselhos e principalmente o municipal vivem de pires na mão, por não haver uma fonte de financiamento para eles. Acrescentou que os conselheiros, até aquele dia, não tinham uma definição com relação aos valores do transporte e aos destinados à alimentação deles e que sabia, que existia uma proposta para ser aprovada na Câmara de Vereadores para que os Conselhos fossem reconhecidos como um braço da Prefeitura e passassem a ter financiamento, porque afinal fazem parte do SUS. Por fim, perguntou como os recursos destinados a reformas em Unidades chegam às Coordenações; falou sobre o problema do ar condicionado no Hospital Pedro II, informando que a Organização Social (O.S) que lá está disse não ter responsabilidade sobre o caso, porque a Prefeitura não destinou recurso para resolver o problema. Dirigiu-se a conselheira Dayse Demori e disse que não adiantava nada os técnicos da Prefeitura terem trabalhado tanto, delineado tudo o que foi apresentado, se depois houvesse o contingenciamento da verba. A segunda a expor suas dúvidas foi a **conselheira Sônia do Nascimento** que, após cumprimentar todos, perguntou por que, sempre no final de cada ano até o mês de março, os funcionários terceirizados que trabalham na Atenção Básica ficam sem receber os seus salários com a alegação de que o Tesouro está fechado, se os recursos da Atenção Básica vêm do Ministério da Saúde na fonte 180. Quis saber se, quando das Campanhas, por exemplo: vacinação, dengue etc., as

Coordenadorias de Saúde e as Gerências recebem alguma porcentagem quando batem metas e, no caso de recebê-las, por que os funcionários não a recebem. Dando prosseguimento, a **conselheira Ananda Lopes Gonzalez** foi a terceira a ter a palavra. Disse que uma pesquisadora em Recife fez um estudo em que ficou constatado que dentro da Política Nacional de Práticas Integrativas não há orçamento específico para esse Programa; que, baseados nos fatos de que: a) na cidade do Rio de Janeiro, a Lei 1.162 de 22 de dezembro de 1987 autoriza a criação, na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, dos serviços de medicina alternativa; b) que em nível estadual, há um Projeto de Lei nº 2.876 de 2017, que institui o Programa de Terapia Alternativa e Práticas Integrativas e Complementares no âmbito do Estado do Rio de Janeiro; c) que a Lei nº 5.471 de 10 de junho de 2009, estabelece a criação do Programa de Terapia Natural no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e d) que, na Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro (SMS/RJ), há uma Gerência de Práticas Integrativas que tem à frente a Dra. Cristina Barros. Os conselheiros presentes nas Conferências Distritais de Saúde pediam um orçamento específico de 3% para as Práticas Integrativas, pois nesse Programa as verbas vêm de outros setores. Acrescentou que propunham que fosse dada mais atenção a esse Programa, fazendo constar verba específica para ele nos Planos Municipais de Saúde, Plano Plurianual, Lei Orçamentária e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Contou que é Naturóloga (uma graduação que há vinte anos busca uma regulamentação no Brasil), que trabalha com Práticas Integrativas juntamente com uma equipe multiprofissional de psicólogos e médicos nutricionistas. Por fim, que estão criando uma política municipal com a finalidade de fortalecer o que têm de Práticas Alternativas e que gostaria de saber se estão no caminho certo. Ficou acordado que a **conselheira Dayse Demori** responderia de três em três perguntas. Então, com a palavra respondeu ao conselheiro Geraldo Batista de Oliveira dizendo que achava pertinente tudo o que ele expôs; que já haviam conversado sobre o assunto e se oferecido para ser interlocutora; que concordava que os conselheiros deviam conhecer e entender profundamente tudo o que os técnicos faziam e que era pouco o tempo para apresentar a PAS 2019. Propôs que, ao longo de 2019, se organizassem de modo a promover encontros no Conselho Municipal para que a SMS possa trazer a cada reunião ordinária uma Gerência para falar sobre o seu Programa. Somou que a SMS oferece serviços de ponta que a maioria das pessoas não sabe. Que na mídia, somente, aparecem coisas ruins porque coisas boas não dão ibope. Esclareceu que dentro da Programação Anual, o Tabagismo, por exemplo, está dentro das Práticas de Promoção da Saúde assim como as Práticas Integrativas e Complementares. Elas estão juntas dentro da verba de Promoção. Tudo isso é Programa de Promoção e Saúde. Então, o Tabagismo está ali, a Academia Carioca está ali dentro. Está tudo dentro do valor da Promoção da Saúde. E dentro da Promoção da Saúde tem uma gerência para cada coisa. Tem uma Gerência para as Práticas Integrativas, tem uma Gerência para o Tabagismo, tem uma Gerência para Atividade Física. É assim que a gente trabalha lá em cima. Tem o geralzão que é o Superintendente de Atenção Primária, mas dentro da Superintendência de Atenção Primária, nós temos as Gerências que cuidam de cada coisa e ,aliás, falei uma coisa errada. ESSE está na Superintendência de Promoção da Saúde (SPS), a Superintendência da Junia que é a Superintendente, ele está com o Programa de Tabagismo, com as Atividades Complementares e com a Atividade Física que são atividades de Promoção de Saúde e todas as outras ações de Promoção de Saúde estão nessa Superintendência. Quanto ao acompanhamento do desenvolvimento dos programas, a **conselheira Dayse Demori** disse que, por aquela apresentação, não se conseguia entender, mas garantiu que existe um rigoroso acompanhamento, um monitoramento de milhares de indicadores das atividades executadas, para que, ao final do ano, ao se prestar contas, se justifique todo o dinheiro utilizado; pois, sem a execução das metas, não se recebe a verba do ano seguinte. A seguir, respondendo ao questionamento da conselheira Sônia Nascimento, disse que 20% (vinte por cento) do dinheiro destinado à Secretaria de Saúde provém do Ministério da Saúde e o restante 80% (oitenta por cento) vem da fonte Prefeitura. Então, quando a Prefeitura não arrecada aquilo que pretendia arrecadar, surgem os problemas financeiros. Sobre a questão de metas por desempenho, disse que o funcionário ganha de acordo com o que foi estipulado para o cumprimento da meta. Deu um exemplo: se o funcionário tiver que fazer 500 ações em promoção de saúde (R\$ 1,00 por ação), ele irá ganhar R\$ 500,00; se fizer 499, ganhará R\$ 499,00, sempre após haver a fiscalização e a prestação das contas. Então,

nos Programas apresentados naquele dia, ninguém, nem gerente, nem gestor, nem superintendente ganhou gratificação por desempenho. Esclareceu que a “Gratificação por Desempenho” foi acordada na gestão do Prefeito Eduardo Paes e que todos ganhavam se cumprissem determinadas metas estabelecidas pela Prefeitura (que nada tinham a haver com o Ministério da Saúde). Também, informou que o Prefeito Marcelo Crivella pediu, esse ano, para criarem indicadores de desempenho, pois é intenção, no final de 2019, pagar por desempenho esse “a mais” que ela (a conselheira Dayse Demori) achava que era isso que se referia a conselheira Sônia Nascimento. Prosseguindo, dirigiu-se ao conselheiro Geraldo Batista de Oliveira e disse que a verba do Conselho Municipal de Saúde existe; que os problemas ocorridos nas Conferências de Saúde deveram-se ao fato de as Conferências terem sido antecipadas, fato que ninguém previa e o Tesouro estar fechado para balanço (fecha em dezembro e abre no final de fevereiro, início de março). O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** com a palavra disse que o Conselho Municipal de Saúde não tem uma rubrica própria destinada a ele (ao Conselho) e que quando das Conferências a verba é composta por partes vindas de outros destinos e que por isso temia pelo futuro do Conselho Municipal de Saúde. A **conselheira Dayse Demori** afirmou que existe uma rubrica para o Conselho Municipal aprovada no PPA de 2018/2021, meta 2219 e, é lá que está o dinheiro dos Conselhos Distritais e Municipal de Saúde. Seguindo, a **conselheira Neide Neres**, presidente do CDS da AP 5.2, cumprimentou a todos e disse que constava na pauta daquele dia a apresentação e deliberação da PAS 2019; que como representante da população de Campo Grande e Guaratiba não tinha condições de aprovar algo que não conhecia; que essa Programação deveria ter sido enviada com mais antecedência aos Conselhos. Não compreendia a diretriz 3.6 sobre a construção de apenas mais 3 CAPS, pois que a AP 5.2 luta por pelo menos mais um; quanto aos NASF não compreendia a programação de passar de 98 para 74 NASF, pois tem questionado a Coordenadora da AP 5.2 sobre os 10 NASF daquela AP que desconhece e não sabe onde estão. Acrescentou que sem esse entendimento não era possível aprovar nada porque a aprovação refletia no uso do erário que é o conjunto das fontes das receitas; que deviam prestar muita atenção no que estavam lendo e aprovando; que isso definiria o que é importante para todos: para o gestor que vai fazer a programação, para os profissionais de saúde que estão trabalhando na ponta fazendo a Saúde acontecer e para o usuário que contribui e sustenta do Sistema de Saúde. Alertou que se o gestor não define bem a programação, o profissional de saúde fica em péssima situação na ponta e o usuário é prejudicado. Reforçou as palavras do conselheiro Geraldo Batista de Oliveira quanto às colocações em relação ao ponto das diretrizes do Conselho – O Conselho Municipal de Saúde tem diretrizes, mas não tem metas. Por fim, ressaltou que a boa gestão sem o controle social não poderá ser feliz e que precisam de parceiros amigos dialogando no total entendimento e harmonia para que a Saúde funcione bem na Cidade. A seguir, a **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** expôs que quando se faz o Plano Anual de Saúde, todas as Superintendências mostram as suas necessidades e as suas metas e, assim, terão um valor orçado para o cumprimento delas na Programação Anual. Então, perguntou: como, após a aprovação do Plano, é feito o repasse da verba destinada à Gerência de Práticas Integrativas e Complementares, que no caso é recebido pela Superintendência de Promoção de Saúde? Qual era o valor destinado a essa Gerência e, também, o destinado a todas as outras Gerências que estão vinculadas a essa Superintendência? A próxima a apresentar sua dúvida foi a **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** que cumprimentou a todos e disse que, o que se vê, é que tudo o que vem para o Conselho Municipal de Saúde é aprovado, como se tudo estivesse bem e sendo feito, mas o que se via nas Unidades de Saúde eram carências. Falta informação para o usuário. Que no CAPS falta água para beber e sequer tem um bebedouro para os pacientes ou para os profissionais de saúde; o que tem lá é uma pessoa vendendo água (e não se sabe de onde vem essa água) numa garrafa. Sobre o Tabagismo, disse que na Rocinha existem três Clínicas da Família, um CAPS e uma UPA, mas que somente no Alberto Sabin esse serviço existe. Que a Clínica Maria do Socorro afundou e que, há oito meses, colocaram um tapume para isolá-lo, mas não aparece ninguém para consertá-lo. Disse, ainda, que o dinheiro veio para a construção dessas Unidades, mas que depois não fazem a manutenção delas e nem fiscalizam nada e que estavam lá para aprovar o Plano. Então, perguntou para onde foi todo aquele dinheiro investido, se o que via era carência e, se aprovassem o Plano, para onde iriam? Em seguida, o **conselheiro Renê Monteiro de**

Almeida Junior apresentou-se, cumprimentou a todos e disse que, primeiramente, reforçaria as palavras dos companheiros que já haviam se manifestado a respeito do Programa de Combate ao Tabagismo. Disse que na opinião dele, esse Programa só existe no nome e é inexistente no Município, porque aqueles que trabalham na ponta só ouvem reclamações das pessoas que dizem que se inscreveram para o tratamento e estão há dois, três, quatro anos esperando serem chamadas; portanto podia dizer que não existe efetividade nesse Programa. Depois, leu o final da diretriz número 2, que registra a “garantia dos direitos sociais com o fortalecimento da participação social e envolvendo o maior número de atores da sociedade civil”. Perguntou, então, de que forma a Saúde pretende envolver o maior número de pessoas da sociedade civil (compreendendo os profissionais que trabalham na ponta, os usuários, as ONGs, as associações, enfim, os que representam a população) para que haja realmente a participação popular na diretriz 2. Antes de a conselheira Dayse Demori começar a responder às perguntas, a **conselheira Sônia do Nascimento** pediu um minuto e disse que era da Comunidade de Jardim Moricaba dizendo que lá existe o Programa de Combate ao Tabagismo na Clínica Everton de Souza Santos AP 5.2 com resultados efetivos. Após, a **conselheira Dayse Demori**, com a palavra, falou que iria mudar a ordem das respostas. Disse que a SMS tem excelentes resultados com o Programa do Tabagismo e já foi até premiada pelo trabalho realizado porque é considerado um dos melhores do Brasil; que precisavam saber o que acontece nessas áreas por conta de tanto desconhecimento de que o Programa existe e funciona. Acrescentou que trabalha no sétimo andar com as questões mais macro e que não tem o detalhamento, mas que enquanto era da SUBPAV e da AP.3.2, o Programa existia e funcionava com excelentes resultados; que, na verdade, acontece de o usuário ingressar no Programa e descontinua rapidamente a sua participação nele, porque parar de fumar é complexo. Com relação à participação da sociedade civil mencionada na diretriz 2, explicou que são ações, atividades de promoção de saúde que envolvem pessoas e que são desenvolvidas dentro das Unidades, nos grupos, nos bairros, nas escolas. Deu como exemplo uma campanha de vacinação que, ao mesmo tempo, tem ações educativas que envolvem a população. Essa ação é dirigida a um público alvo número “x” e por isso o número de participantes é contabilizado. Por isso, existe lista e assinatura de presença; enfim, essas ações são monitoradas e contabilizadas porque pontuam na meta. É dessa forma que se refere a meta da diretriz 2. Com relação ao NASF, esclareceu que a Programação Anual de 2019 se refere a manter os NASF’s que a SMS tinha em 2017, sem contabilizar os NASF’s novos que eram relacionados ao Programa Territórios Sociais, porque para esses, a verba de investimento não veio. Dirigindo-se a conselheira Neide Neres, disse que ela havia citado uma situação peculiar circunscrita àquela área e a levaria ao Dr. Leonardo El Warrak e a Coordenadora daquela área para puderem esclarecer o que se passava, pois sabia que os NASF’s existiam e os profissionais de saúde que fazem parte deles deveriam conhecê-los. Lembrou que NASF não é uma Unidade física, NASF são profissionais que trabalham matriciando território e apoiando as equipes de Saúde da Família. No que diz respeito aos CAPS, informou que a previsão é de três para 2019; que nas Conferências Distritais, a Saúde Mental tem sido tema presente e o pleito parecido em todas elas; no Plano está definido para que as AP’s estão destinados os CAPS e que é preciso continuar a solicitar a inclusão deles para que se possa entender as necessidades da rede em algum momento. Com relação ao uso do dinheiro informou que a SMS sabe para onde vão todos os recursos; a SMS tem o controle de tudo; onde muitas vezes a SMS não recebe o recurso e, mesmo assim, executa a meta porque o atendimento pode ser feito sem o recurso. Informou que o recurso não utilizado tem que ser devolvido ao Tesouro ou ao Ministério da Saúde, dependendo da sua procedência, mas que na verdade nunca sobra e quando a verba para um determinado programa é considerada insuficiente pela própria Gerência, essa insuficiência precisa aparecer no próximo plano e ser requisitada verba que se demonstre suficiente. Em relação ao transporte, asseverou que a Secretaria inteira vive esse problema; que o Prefeito estuda a ideia de que o transporte seja substituído por um “Voucher” Corporativo do Táxi Rio. Portanto, logo esse problema será resolvido. Por fim, informou que tem uma “equipe” de planejamento que se chama Dayse; que a Dayse faz o Plano Municipal de Saúde; a Dayse faz a prestação de contas; a Dayse está envolvida em todos os instrumentos de planejamento e envolvida nas Conferências Distritais e que o prazo para todos esses instrumentos de planejamento é o mesmo. Por isso, pede desculpas, mas era

humanamente impossível enviar o Plano aos conselheiros com mais antecedência. Tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, a presidente do Conselho **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a aprovação da Programação Anual de Saúde (PAS 2019). Verificou-se que dois conselheiros não aprovaram a Programação e quatro se abstiveram. Então, declarou aprovada a Programação Anual de Saúde (PAS 2019) pela maioria simples dos presentes. A seguir, passou para o item 6 da pauta: Apresentação do tema “Racismo e Saúde”. A **Sra. Cristina Veneu** (membro convidada da Comissão de Educação Permanente), com a palavra, após cumprimentar a todos, disse que estava programando para o ano uma série chamada “Diálogo”, que estará sempre relacionada ao que está sendo comemorado em termos de saúde no mês da exposição da série; que trará ao longo do ano duas pessoas para palestrar sobre esse tema ligado àquele período. Naquele mês, o assunto seria sobre do empoderamento feminino das mulheres e o racismo. Então, optaram pelo racismo e saúde e trouxe as palestrantes Monique França e a Cristiane Vicente. Agradeceu a vinda das duas palestrantes que saíram da unidade de saúde onde trabalham. Apresentando-se, a **Sra. Cristiane Vicente** (enfermeira da Clínica da Família Cabo Edney, no bairro de Sampaio, ativista social e especialista em Saúde da Mulher) e depois a **Sra. Monique França** (médica de família em comunidade, lotada na Clínica do Cajú) deram início a apresentação e, ao final a presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ), **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu as palestrantes a exposição feita pela importância do tema e, por isso, convidou-as a voltarem, a critério da Comissão de Educação Permanente, na próxima reunião ou em outro momento. A **Sra. Cristina Veneu** agradeceu também. A **conselheira Sônia do Nascimento** veio agradecer à Comissão de Educação Permanente pela palestra, lamentou a ausência do Secretário Executivo David Salvador e das meninas do Comitê de Saúde da População Negra. Disse que coincidência ou não, naquele dia, veio vestida com a camiseta de Dandara a Carolina, de Carolina a Mariele, o quanto avançamos e que Carolina é a escritora. Acrescentou que avançam a pequenos passos; que existe toda uma lei destinada à Saúde Nacional da População Negra, mas que não é respeitada nas Unidades de Saúde; que os médicos têm nojo de apalpar a mama da mulher “preta” e essa queixa não era vitimismo; que recebem menos anestesia na hora do parto, porque no imaginário popular, no imaginário do colonizador, são fortes, são “negonas”. Falou que trazia a experiência do parto que teve; que “pariu” e “parei” porque teve pré-eclampsia e um pré-natal horrível e decidiu que não ia morrer para ter filhos. Que esteve na 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher em Brasília e lá, pessoas do Movimento Negro leram uma carta nacional da Saúde da População Negra com o seguinte teor: “Vimos a público denunciar o Estado Brasileiro pelo não cumprimento da Lei que institui a Política Nacional Integral da Saúde da População Negra nas três esferas. Vimos a 2ª Conferência Nacional da Saúde da Mulher reivindicar a existência de instâncias nas esferas correspondentes política pública. Considerando o compromisso selado pelo afro descendente para a reparação das iniquidades face às populações de mulheres negras. Considerando a importância da Política Nacional de Atenção Básica onde as políticas e iniquidades são de responsabilidade das instâncias governamentais. Queremos que o governo federal monitore de forma eficaz a implantação da política nos territórios e garanta dotação orçamentária. Nós mulheres negras estamos adoecendo e morrendo pelo abandono do Estado. A violência do racismo institucional, todos os índices de abandono e de ausência do Estado recaem sobre a população negra. Estamos doentes, pois ao sermos discriminadas pela cor da nossa pele e ver nossos filhos alvejados por tiros perdidos da força policial em um corpo negro abandonado no chão, desenvolvemos inúmeros transtornos psicossociais. Somos SUS dependentes, sofremos com o tempo reduzido de atendimento para consultas, somos negligenciadas nos procedimentos que requerem anestésias e falta de medicamentos específicos, dentre outras causas de sofrimento da mulher negra. Sofremos com a mortalidade materna, onde somos 60% (sessenta por cento). Somente 27% (vinte e sete por cento) das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto. A violência obstétrica acomete 60,9% (sessenta vírgula, nove por cento). Existem pesquisas e depoimentos que mostram que ocupamos o maior tempo na fila de espera para atendimento e quando falamos do aborto, sabemos que as que mais morrem são as mulheres negras. Exigimos a manutenção e a defesa integral do Sistema Único de Saúde para todos e todas que as iniquidades, as especialidades da mulher negra e da mulher primando pela universalidade e integralidade. Queremos incentivo

a estudos científicos que junto ao quesito raça, cor possa apontar as necessidades e diferenciações farmacológicas que nossa genética pede. Lembrando que o remédio para pressão arterial da mulher negra é diferenciado em relação ao da mulher branca. Exigimos o atendimento humanizado e respeito às relações de gênero que não seja “sexista” e que o Estado mantenha o apoio e monitoramento das doenças prevalentes na população negra, como o diagnóstico e acompanhamento da anemia falciforme. Por fim, reivindicamos que o governo intensifique o cumprimento da Política Nacional de Saúde da População Negra. Mulheres Negras, seguem em marcha contra o racismo e a violência”. Ao final da leitura, a **conselheira Sônia Nascimento** disse que a carta foi assinada por várias entidades, inclusive aquela a qual pertence: a Unegro que aquilo não era “mimimi”, não era “vitimismo”; que são, sim, maltratadas no SUS; que é um racismo institucional que tem que ser combatido todos os dias; que a companheira falou que era bem complexo falar sobre racismo, mas complexo mesmo é passar por ele todo o dia, é ser discriminada pelo tom de pele, pela condição social, complexo é ouvir palavras de que são sempre erradas. Finalmente, que aqui é um espaço de promoção de saúde; então, que fosse efetivado. Dando prosseguimento, a **conselheira Márcia Reis**, da SMS e enfermeira, disse que no dia anterior, havia participado como convidada na Conferência Distrital da AP 3.2 em um grupo de trabalho e que uma das questões abordada no grupo, para tirar proposta, era a questão relacionada ao racismo institucional. Nesse grupo havia profissionais de saúde, usuários e gestores e uma dessas profissionais trouxe dados relacionados à apresentação que havia sido exposta naquela plenária de 19 de março. Acrescentou o que mais havia chamado sua atenção, foi a fala de uma das profissionais que declarou que o racismo institucional se dá pelos próprios profissionais e que eles precisam de educação permanente para mudarem a lógica e a forma de enxergar o atendimento à saúde sem que ele (o atendimento) seja impregnado de racismo. Acreditava que uma proposta sobre a educação permanente para os profissionais de saúde seria discutida na Conferência Municipal como algo, absolutamente, prioritário e necessário. Por último, naquele momento que julgava absolutamente rico, sentia-se na obrigação de reproduzir, que hoje, muitas pessoas estão tratando o tema com a seriedade e com a responsabilidade que ele merece. A seguir, a **presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** comunicou que, passaria para a próxima reunião do Colegiado, o ponto cinco da pauta porque na plenária de hoje não é possível eleger o substituto do conselheiro Marinaldo Silva Santos na Comissão Executiva, pois todos os conselheiros que estavam presentes já tinham feito parte da Comissão no presente mandato. Seguindo, a **conselheira Dayse Demori** foi para o ponto sete da pauta, listando as comissões do Conselho Municipal de Saúde e não havendo quem quisesse manifestar-se, passou para o ponto oito da pauta: informes da Secretaria Executiva. A **presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que o Secretário Executivo David Lima estava na Conferência Distrital de Saúde da AP 3.2 e que nos dias 20 e 21 estaria na Conferência Distrital de Saúde da AP 1.0, com abertura às 18 horas e nos dias 22 e 23 (sexta e sábado) estará na Conferência da AP 3.1, no Fundão e que a Conferência Municipal de Saúde será nos dias 12, 13 e 14 de abril na Ilha do Fundão. Prosseguindo, a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou para o item nove da pauta. Não houve informe nesse item. Passou, então, para o último item da pauta: informes do Colegiado. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** contou que seu esposo estava com um nódulo mamário e quando foi se inscrever no SISREG, o Sistema não aceitou sua inscrição pelo fato de ter preenchido que era do sexo masculino. O esposo conseguiu fazer o exame pelo Centro de Imagem, mas entendia que o Município deveria tomar uma providência para mudar o Sistema porque os homens também podem ter problemas de nódulos mamários. A **conselheira Dayse Demori**, com a palavra, disse que aquilo era um problema técnico, que o Sistema entende que só mulheres podem fazê-lo, mas que pode ser resolvido. Existe uma forma de o solicitante pedir a Central de Regulação, ao administrador do Sistema, no momento da inscrição, a mudança para troca de sexo correta e depois o administrador fecha o sistema de novo. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que era complicado passar por essa situação, toda vez que um homem precisasse de acesso ao SISREG; por isso entendia que a Prefeitura deveria tomar providências. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que esse Sistema não é da Secretaria Municipal de Saúde; que é um Sistema do Ministério da Saúde desenvolvido pelo DATASUS e que o Município do Rio era apenas usuário. O município não pode mexer em nenhuma funcionalidade do Sistema. Com

a senha de administrador se consegue fazer o que a conselheira Dayse Demori falou: mudar o status do paciente. A **conselheira Sônia Nascimento** narrou semelhante dificuldade quando um vizinho precisou fazer uma mamografia. Após, a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** deu por cumprida toda a pauta e deu por encerrada a reunião. Agradeceu e despediu-se. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezoito horas e eu **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Maria de Fátima Gustavo Lopes